

Mazagão: cidades em dois continentes

Paulo de Assunção

Mazagão: cities on two continents

RESUMO: Este estudo tem como objetivo empreender um diálogo entre o urbanismo e a história no período colonial, observando as características de diferentes momentos e espaços da configuração urbanística da cidade de Mazagão, fundada no século XVI no norte da África, sendo transferida no século XVIII para a América Portuguesa. Procura-se discutir a cidade em trânsito e o estabelecimento de um novo conjunto urbano na região Amazônica.

Palavras-chave: Arquitetura, urbanismo, Mazagão, história colonial, cidade

ABSTRACT: This study aims to undertake a dialogue between the urban and history in the colonial period, noting the characteristics of different times and spaces of the urban setting of the city of Mazagão, founded in the sixteenth century in North Africa, being shipped in the eighteenth century to America Portuguese. It seeks to discuss the city in transit and the establishment of a new town set in the Amazon region.

Keywords: Architecture, urban, Mazagão, colonial history, city

* Historiador e Designer, Doutor em História pela Universidade de São Paulo e Universidade Nova de Lisboa. Professor do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Arquitetura e Urbanismo da USJT. Pesquisador do CNPQ e da FCT (Fundação Ciência e Tecnologia - Portugal)

Tantas cidades no mapa... Nenhuma, porém, tem mil anos
E as mais novas, que pena: nem sempre são as mais lindas.
Como fazer uma cidade? Com que elementos tecê-la? Quantos fogos terá?
Nunca se sabe, as cidades crescem,
mergulham no campo, tornam a aparecer.
Carlos Drummond de Andrade – *A Rosa do povo*, p. 153.

Inicialmente, empreendemos neste artigo uma reflexão sobre a viagem de uma cidade, que nos leva da África para o Brasil. Uma cidade em trânsito, que exigiu uma série de operações práticas para que um grupo de pessoas se fixasse no interior da selva amazônica no século XVIII. Os habitantes da Praça Forte de Mazagão, na África (atual Marrocos), tiveram que abandonar o local em que viviam para serem transferidos para um local distante e desconhecido. A cidade de suas vidas faria parte da memória.

A nova cidade planejada para as margens do rio Mutuacá, no atual Amapá, pressupunha uma ocupação equilibrada, que permitisse o desenvolvimento urbano e rural. O projeto entendia que a cidade deveria ser ideal para atender os fins administrativos da coroa portuguesa, não ocultando as preocupações de desenho e as condições que a morfologia do terreno exigia. A nova cidade foi concebida para permitir ligações orgânicas, cuja simetria se encontrava no esteio do pensamento do período. Assim a cidade de Mazagão surgia como o produto da organização mental do homem do século XVIII, cuja singela linguagem arquitetônica pretendemos abordar neste artigo.

Os estudos sobre as cidades portuguesas na América abordam o modo de implantação do traçado das cidades, tendo como preocupação estabelecer uma linha temporal para classificar os diferentes traçados urbanos. A regularidade ou não da cidade poderia dar ensejo a explicações sobre a ocupação territorial, nas suas diferentes variações. Jean Rémy e Liliane Voyeé ao analisarem a cidade destacam que

o espaço é um recurso para interação, que necessita ser percebido tanto como um conteúdo natural, cultural e social, como na suas dimensões estéticas afetivas e simbólicas (RÉMY e VOYÉ, 1994 : 27-36). Neste sentido, o lugar deve ser compreendido como uma categoria filosófica na medida em que é construída pela experiência. Como destaca Adyr Rodrigues: “o lugar é o referencial da experiência vivida, pleno de significado; enquanto o espaço global é algo distante, de que se tem notícia, correspondendo a uma abstração”. A ideia de espaço é ampla e depende do observador, passando a se tornar um lugar quando se integra no tempo e na intensidade, e com ele se inter-relaciona. Para o autor, “o espaço pode transformar-se em lugar, à medida que adquire personalidade, torna-se vivido. A percepção e o intelecto, por meio da experiência vivida e compartilhada, constroem o lugar na subjetividade e na intersubjetividade”(RODRIGUES, 2001: 32).

O início do projeto expansionista português ocorreu após a consolidação da política interna do reino, com a ascensão da Dinastia de Avis ao trono em 1385. O estabelecimento de um governo centralizado e envolvido com os interesses comerciais favoreceu a expansão marítima, na medida em que patrocinou as explorações e os estudos náuticos realizados em Sagres, abrindo caminho para as conquistas. Outros fatores contribuíram para a conquista do mar, dentre eles pode-se destacar o papel fundamental do aperfeiçoamento técnico em diversas áreas: na construção naval, na cartografia e nos instrumentos de navegação, bem como nos interesses comerciais da burguesia, sempre ávida por riquezas e predisposta a financiar as empresas comerciais.

A investida contra o norte da África ocorreu no início do século XV, como prolongamento do processo de Reconquista portuguesa, onde o ideal cruzadístico *antimuçulmano* e a expansão da fé católica, para recuperar a Terra Santa, animavam diversos setores sociais que viam na ação belicosa uma forma de conseguir privilégios e regalias reais. Acrescido a este elemento espiritual, estavam outros de cunho econômico, principalmente aqueles que garantiriam um intercâmbio comercial com grandes mercados e rotas comerciais da África onde circulavam ouro, escravos e especiarias, produtos que permitiriam uma alta lucratividade na Europa. Desta forma, a expansão marítima era a sobreposição de uma religiosidade belicosa com interesses da empresa comercial. O ideal de lucro unia-se à bandeira da cristandade e ao gosto pela aventura, dando início às descobertas.

No decorrer do século XV, Portugal empreendeu uma série de conquistas na costa africana. A tomada de Ceuta em 1415 marcou o início da exploração da região pelos portugueses que no movimento da expansão da fé católica chegou a tomar outros pontos da região do atual Marrocos. A intenção dos lusitanos não se restringia apenas à propagação do cristianismo, pois havia interesse numa região rica

na produção de trigo e outros produtos agrícolas. Neste impulso as áreas de El-ksar eç Çehir (1458), Anfa (1468), Tanger (1471), Arzila (1471), Massat (1497), Mazagão (1502), Agadir (1505), Castelo Real (1506), Safi (1508), dentre outras foram ocupadas. A primeira preocupação, na maioria das localidades, foi o de erguer fortes que defendessem o local contra os ataques dos chefes muçulmanos que reviviam a invasão portuguesa.¹

¹ Sobre a conquista portuguesa na África, Ásia e América, ver: BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti (Dir.) *História da expansão portuguesa*. Lisboa: Círculo dos Leitores, 1998, I volume.

A ocupação das ilhas da Madeira (1418-1419) e dos Açores (1427) foi outro passo fundamental para a economia lusitana ao mesmo tempo em que confirmava o poder sobre o Atlântico. O domínio das ilhas garantiu parte significativa da produção de cereais, principalmente do trigo, além da carne, do vinho e do açúcar que abasteciam o reino lusitano e o mercado europeu. Contudo, a possibilidade de outras riquezas instigava a busca de novas rotas de navegação, num projeto que visava à ampliação do comércio que se ampliou com o contorno do Cabo Bojador por Gil Eanes. Portugal vencendo paulatinamente a batalha contra o Oceano Atlântico, o Mar Oceano, tido como o “Mar Tenebroso”.

A busca do caminho para as Índias passou a ser um dos objetivos principais a partir de 1460. A queda de Constantinopla e a interrupção do comércio com as rotas de especiarias do Oriente justificavam o incentivo das prospecções em direção aos mares terríveis do sul da África, ousadia que poderia significar um bom investimento com alta rentabilidade para os negociantes e para a coroa.

Em 8 de julho de 1497, partia do Restelo, em Lisboa, a frota de Vasco da Gama, composta de quatro navios: São Gabriel, São Rafael, Bérrio e São Miguel. Destino: a Índia. O caminho era parcialmente incerto. Tormentas, medo, revolta, fé, assombro acompanham o trajeto parcialmente conhecido da rota do Cabo. Das trevas e das armadilhas do mar nasciam os focos de luz das riquezas orientais. A chegada à Índia desvendava o mistério dos mares e consagrava Portugal. O contorno do Cabo da Boa Esperança em direção à Índia confirmou a possibilidade de uma via marítima de acesso ao Oriente e conduziu Portugal ao monopólio comercial das especiarias, outrora de exclusividade dos genoveses, venezianos e mouros.

No processo de conquista do Oriente, a descoberta do Brasil, em abril de 1500, traria uma nova dimensão do mundo habitado. Portugal era a mola propulsora de uma série de conquistas. Contudo, um problema já se delineava de forma clara. Como um reino pequeno e com recursos limitados poderia defender os diferentes locais que conquistara? A construção de um império territorial exigia recursos para a sua defesa e manutenção. Condições nem sempre disponíveis no volume necessário para o desenvolvimento de todas as possessões africanas, asiáticas e americanas.

Mazagão gozava de uma localização estratégica para a exploração das conquistas marítimas portuguesas. O núcleo passou a ser conhecido por Mazagão, em berbere “água do céu”, devido à existência de poços destinados a recolher a água da chuva.

Em 1513 foi formado um entreposto comercial para servir os navegadores que faziam a Rota do Cabo, sendo enviado para a região arquitetos que tinham como missão construir uma cidade-fortaleza. Nesta ocasião foram nomeados os irmãos Diogo e Francisco de Arruda, que definiram os traços iniciais para o abrigo de soldados portugueses. O edifício de forma retangular (47 x 56 m) possuía quatro torres e no seu subsolo 25 colunas e pilares, com volutas góticas em tijolo aparente. No piso térreo se instalou os celeiros e os armazéns, e o andar superior foi destinado para atividades administrativas.

A importância da feitoria passaria a ser maior no decorrer do governo de D. João III. Na terceira década do século XVI, Portugal enfrentava os ataques dos líderes muçulmanos nas diferentes áreas ocupadas. Tal situação exigia recursos avultados, o que não impedia que algumas áreas ficassem sem abastecimento durante os confrontos. Desta forma, em 1534, o monarca definiu pela concentração das forças portuguesas na Praça de Mazagão e o paulatino abandono de outras regiões. Em 1541, o arquiteto Diogo de Torralva foi nomeado para estudar a ampliação da construção original. Contudo, para dar condições de defesa ao local e seus habitantes foi erguida uma fortaleza pelo engenheiro italiano Benedetto da Ravenna.² Emergia na costa marroquina uma fortaleza cristã, com traçado em formato de uma estrela de quatro pontas, que procurava defender os ideais católicos e os interesses portugueses na região, contra o herege muçulmano, área que era conhecida desde o período romano.

Foi construída uma fortaleza no litoral, de formato retangular, sendo seu objetivo principal a defesa do território.³ Na parte interna se construíram algumas casas para os moradores e um presídio. A ideia era que a fortificação fosse permanente o por decorreria exigiu de seus construtores conhecimentos básicos de geometria aplicada ao terreno, fruto da experiência tratadista do Renascimento.⁴ Na parte externa foram abertos fossos profundos para isolar e proteger, ainda mais, a fortaleza. A proximidade do litoral garantia o embarque e desembarque de mercadorias e pessoas, sem grandes sobressaltos, conforme o movimento das marés. Enquanto barreira física, as muralhas acompanhavam a topografia do local e nas áreas livres é que a vida social ganhava contornos, numa verdadeira ilha cristã fincada em um mar muçulmano. De forma direta, a fortificação deveria proteger e delimitar o poder lusitano na costa marroquina, a partir de uma unidade volumétrica e do território do seu entorno.⁵

2

Benedetto da Ravenna (c.1485-1556) fora arquiteto auxiliar de Leonardo da Vinci e engenheiro de Carlos V. Foi contratado por D. João III para elaborar a planta da fortificação, em 1541. O corpo da edificação foi erguido por João de Castilho e João Ribeiro nos anos subsequentes. A respeito da participação dos arquitetos italianos na elaboração dos projetos e na construção das fortalezas portuguesas, ver MOREIRA, Rafael. “A arte da guerra no Renascimento”. In: MOREIRA, Rafael (direção de). *História das fortificações portuguesas no mundo*. Lisboa:Alfa, 1989, pp. 143-158.

3

Sobre a História de Mazagão ver: FARINHA, Antonio Dias. *História de Mazagão durante o período filipino*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1970, e AMARAL, Augusto Ferreira do. *História de Mazagão*. Lisboa: Publicações Alfa, 1989. Para um aprofundamento sobre a fortaleza de Mazagão ver: ALVES, A. Costa; CORREIA, J. “Mazagão: de praça forte a “arrabalde”, In: Estudos/Património”, n° 2, Lisboa, 2002, pp. 117-122; DIAS, P. “Mazagão”, In: *A Arquitectura dos Portugueses em Marrocos 1415-1769*, Lisboa, 2000, p.p 135-163.

4

Destacamos o tratado de Francesco Di Giorgi, *Tratado de Arquitectura Civil e Militar*, de 1495.

5

A localização junto ao mar era visto como ideal para a defesa, pois permitia o abastecimento em caso de cerco. VALLA, Margarida. “A formação teórica dos engenheiros-militares”. In: TEIXEIRA, Manuel (Coord.) *A construção da cidade brasileira*, p. 115.

Figura I - Mapa de localização da cidade de MAzagão atual El Jadida.



Figura II - Mapa do século XVI com o registro da cidade de Mazagão, atual El Jadida.



Esta estrutura de defesa não impediu os ataques dos mouros. No decorrer do século XVI, ocorreram várias investidas contra Mazagão que representava aos olhos dos muçulmanos uma grande afronta. A fortaleza foi cercada por reiteradas vezes e resistiu bravamente aos inimigos, dando ensejo ao surgimento de uma lenda que enaltecia a indestrutível força de Mazagão. No imaginário social a aguerrida luta entre cristãos e muçulmanos seria celebrada pela população como uma forma de lembrar o vigor dos católicos na defesa do seu território. A exaltação do feito heróico ganharia difusão ampla sem, contudo, significar tranquilidade para Portugal.

A fortaleza de Mazagão assumiu um papel estratégico no controle e defesa do território, adequando-se às necessidades conforme a evolução das estratégias militares e da arte da guerra. A cidade crescia conforme os interesses lusitanos, sendo marcada por uma existência de base militar (MOREIRA, 2001). O vigiar das muralhas e dos campos fazia parte do ritmo do cotidiano dos moradores. No decorrer dos anos foram construídas a Igreja de Nossa Senhora da Assunção e o Recolhimento da Misericórdia, dando dimensão religiosa e identidade ao local. A labuta diária era difícil, os habitantes necessitavam ir aos campos para abastecerem seus lares de grãos e de água e sofriam com a hostilidade dos mouros

que contaminavam as fontes, lançando animais mortos e destruindo os campos. Apesar das dificuldades, muitas propriedades mantiveram uma produção de cereais e frutas que atendiam ao consumo da população. Por vezes, os mazaganistas avançavam para além da terra cultivada caçando animais ou em busca de lenha e frutas, sempre de forma organizada, a fim de se defenderem de possíveis ataques inimigos. A proximidade do litoral fazia deste uma significativa fonte de recursos alimentares;⁶ peixes, mexilhões e lagostas, complementavam dieta.

⁶ Rafael Moreira observa que a fortaleza de Mazagão era um “vaso de guerra pétreo pronto a zarpar (“quanto mais metido no mar for, melhor e mais seguro será”, como escrevia em 1541 D. João III ao arquitecto Miguel de Arruda a propósito de Mazagão, mas no que podemos entender como a filosofia oficial deste tipo de construção), definindo uma imagem utópica de defesa absoluta – decerto buscando deliberadamente um efeito psicológico aterrorizador sobre o inimigo”. MOREIRA, R., “A fortaleza de Diu e a Arquitectura Militar no Índico” In: AA.VV. *Os espaços de um Império*, Porto, 1999, p. 145.



Figura III - Planta de Mazagão por Inácio António da Silva, em 1802,

Nesta fortaleza isolada no norte africano, pouco restava além das festas que ocorriam na parte interna das muralhas. As festividades e jogos davam uma nova dinâmica à sociedade, ao mesmo tempo em que permitiam reforçar os vínculos de união. Procissões e festas religiosas serviam para afirmar a identidade religiosa do grupo, reforçando os elos que os uniam, num universo onde as privações eram muitas.

Os habitantes da região normalmente eram divididos em dois grupos. O de fronteiros, que permaneciam no local por aproximadamente quatro anos, e os moradores que viviam de forma permanente (VIDAL, 2007: 24). Os fronteiros eram oriundos das famílias fidalgas, sendo acompanhados de seus parentes, demonstrando uma situação financeira mais confortável do que a da maioria dos moradores. Estes, por sua vez, não possuíam grandes recursos e normalmente se destacavam pelas vitórias contra o mouro ou pelos serviços que prestavam aos fronteiros. A cidade de Mazagão foi local de degredo e ao mesmo tempo local de acolhida de muitos migrantes das Ilhas do Açores. Este conjunto de situações forjou uma sociedade particular, de múltiplas feições.

No século XVII, a fortaleza de Mazagão era composta por mais de setecentas casas. O registro feito por Pierre d'Avity em sua *Descrição geral da África*, publicada em 1660, afirmava que os terrenos do entorno eram férteis e que as terras dentro da fortaleza estavam divididas em lotes onde se produzia mel, cultivava trigo, cevada, ervilhas, favas e outras sementes. Entretanto, esta condição favorável não conseguia esconder o principal inimigo: o mouro⁷ que, pelos constantes ataques, forçava o êxodo da região.

No decorrer do século XVIII, os problemas se avolumavam. Era evidente a falta de recursos para manter a defesa da região. Além disso, as monótonas e repetitivas operações militares geravam problemas internos. As idas aos campos, com acompanhamento militar, eram uma constante e a população respirava e vivia num ambiente de instabilidade. Restava aos moradores poucas formas de sociabilidade.

Apesar de a ocupação perdurar por mais de duzentos anos, os embates não haviam diminuído, mesmo com algumas práticas comerciais entre os mazaganistas e os mouros. O isolamento da região lançava os moradores à própria sorte. Além disso, a falta de recursos favorecia o surgimento de epidemias em grandes proporções e, conseqüentemente, a mortandade entre os habitantes.

O terremoto de 1º de novembro de 1755, que destruiu boa parte de Lisboa e se fez sentir no norte da África, causou alterações na cidade de Mazagão. A reconstrução da cidade e dos edifícios públicos comprometeu as finanças públicas e o controle das despesas. O déficit impossibilitava investimentos

7

D'AVITY, Pierre. *Descripton générale de l'Afrique, seconde partie du monde, avec tous ses empires, royaumes, états et républiques*, p. 603.

para cobrir os encargos pertinentes à defesa da região marroquina e sua fortaleza. Defender Mazagão implicava verbas elevadas e, naquele momento, era preferível investir na defesa das terras americanas, cuja exploração aurífera garantia a captação de recursos para a coroa portuguesa. Os encargos com a defesa de Mazagão eram elevados e o quadro que se apresentava naquele momento apontava para a conveniência de se defender as terras americanas, onde a exploração aurífera constituía a base de captação de recursos da coroa portuguesa. Na década de 1760, a crise se tornou mais intensa na

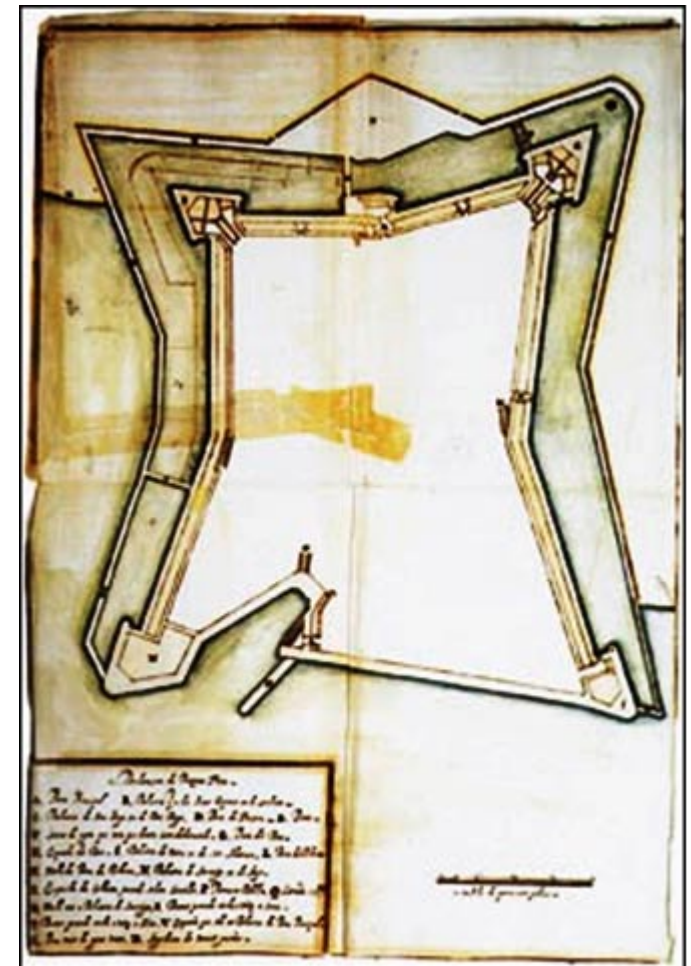


Figura IV - Planta da Fortaleza de Mazagão, atual El Jadida.

medida em que os recursos vindos de Lisboa eram exíguos. Além disso, o confronto com os mouros se intensificou, ameaçando os moradores da região, que reivindicavam constantemente ao monarca mais recursos para a garantia da sobrevivência e mais equipamentos militares para se defenderem. Faltavam materiais para reparar as fortificações, os alimentos disponíveis eram insuficientes e às vezes já chegavam deteriorados. A fome era uma constante, a epidemia avançava e o futuro era incerto.

Em face das condições do momento, Sebastião José de Carvalho e Melo analisou a conjuntura geopolítica do império português, levando em consideração as ponderações do governador de Mazagão, Vasques da Cunha. Este nas suas missivas e relatórios salientava a penúria em que vivia a população sem possibilidade de melhorias aliado a este problema, havia muitos oficiais insubordinados, devido ao atraso ou à falta do pagamento do soldo. Na verdade, Mazagão se tornara um fardo para a coroa portuguesa, representando pouco ou quase nada para o vasto império colonial lusitano.



Figura V - Vista parcial da cisterna da Fortaleza de Mazagão, atual El Jadida.



Figura VI - Cisterna da Fortaleza de Mazagão, atual El Jadida.

Figura VII - Vista das muralhas da Fortaleza de Mazagão, atual El Jadida.



Figura VIII - Vista interna da muralha da Fortaleza de Mazagão, atual El Jadida.



A solução mais conveniente era o abandono da região. Restava apenas definir a estratégia de retirada. Em 1763, após a substituição de Vasquez da Cunha, por Dinis Gregório de Melo Castro de Mendonça, sobrinho de Sebastião José de Carvalho e Melo, tem início um novo momento para Mazagão. O novo governador ao chegar à região reafirmou todos os problemas apresentados pelo seu antecessor. Entre 1764 e 1768 a crise aumentou, chegando a condições insustentáveis, frente à pressão que os mouros exerciam sobre a fortaleza. Apesar das ações de Sebastião José de Carvalho e Melo, enviando embarcações e dinheiro, a perda de Mazagão para os chefes árabes parecia certa. As tropas mouras entendiam que o momento era o mais propício para vingar a ofensa que já duravam dois séculos. Além de homens, animais e uma artilharia potente, os mouros contavam com a incapacidade do governador em lidar com a situação de conflito. Em janeiro de 1769, o imperador Mulay Mohamed exigia de Dinis Gregório de Melo Castro de Mendonça a entrega das chaves da cidade, lançando sobre a fortaleza uma grande quantidade de bombas.

No começo de fevereiro partiram de Lisboa embarcações com homens e armamentos para auxiliarem na defesa do local, levando a determinação real de que Mazagão fosse abandonada o mais breve possível. Os argumentos apresentados para esta decisão eram conhecidos há muito tempo. Mazagão não atendia mais aos interesses comerciais, marítimos, administrativos e religiosos de Portugal. Não havia condições adequadas para se desenvolver nenhum tipo de atividade rentável que justificasse uma política nova e a fortificação se tornara objeto de elevadas despesas para o reino.

A população não viu com bons olhos a determinação real e se revoltou contra a decisão. A lendária Praça de Mazagão chegava perto do seu final. Para aqueles que viveram na região, o abandono era uma derrota vergonhosa, inaceitável para muitos. Contudo, a determinação era irrevogável e a mais sensata em face das condições da cidade.

Tem início, então, o abandono de Mazagão, segundo as instruções vindas de Lisboa. Crianças e mulheres deveriam ser embarcadas antes dos homens mais jovens. O documento definia o embarque das imagens sagradas e dos ornamentos das igrejas, depois vestimentas e objetos como móveis, que fossem possíveis de carregar. Da mesma maneira, a artilharia deveria ser embarcada e o restante seria destruído ou lançado ao mar, para que os mouros não fizessem usos dos equipamentos.

Nas tratativas de guerra entre o governador e o imperador Mulay Mohamed ficou estabelecido um período de trégua de três dias para o embarque da população, em meio à confusão. A revolta dos moradores fez que estes destruíssem as suas antigas habitações e queimassem os objetos que não

poderiam levar consigo. Em pouco tempo, a cidade que fora construída no decorrer dos últimos dois séculos se transformou num conjunto de escombros. Em março de 1769, a cidade agonizava fazendo reviver a lenda de Mazagão. Com bem observou Laurent Vidal: “Não havia espaço que não estivesse cheio de recordações: uma pedra, a esquina de uma rua, um largo Os mazaganistas formavam um corpo com seus muros. Defendê-los era a sua razão de viver e de esperar. Muitos deles não imaginavam qualquer destino fora dos muros da fortaleza.” (VIDAL, 2007: 42)

A população de Mazagão composta de aproximadamente 2.000 pessoas deixou o litoral Marroquino, tendo como objetivo final seguir para uma nova terra. A cidade morria para renascer como fênix do outro lado do Atlântico.

A decisão do governo português de mudar a cidade de Mazagão para a América Portuguesa foi meticulosamente articulada. O projeto era transferir o “espírito da cidade”⁸ para onde os habitantes tivessem melhores condições de sobrevivência, não deixando de servir aos interesses da monarquia lusitana.

⁸ Ver MUSSET, Alain. *Villes nômades du nouveau Monde*. Paris : EHESS, 2002.

Entre março e outubro de 1769, os mazaganistas viveram momentos de incerteza. A retirada de Mazagão levou os seus habitantes para Lisboa, numa viagem que durou aproximadamente onze dias. Entre os dias 21 e 24 de março, as catorze embarcações ancoraram no rio Tejo. Sebastião José de Carvalho e Melo já havia definido qual seria o destino desses vassallos. A intenção da coroa portuguesa era transportar todas as famílias para a América Portuguesa, provendo-as dos recursos necessários para que se acomodassem na região adjacente a Belém do Pará. Conforme determinação real, deveria ser estabelecida “uma nova povoação na costa septentrional da Amazonas para se darem as mãos com o Macapá e com a Villa Vistoza”.⁹

⁹ AHU- Cód. 595, fl. 23v-25v.

Contudo, se havia uma definição para a transferência, faltavam condições efetivas para que o projeto se concretizasse. A operação era de grande porte, pois envolvia mais de duas mil pessoas; além disso, era necessário criar as condições de estabelecimento na América Portuguesa.

Conforme o levantamento feito por Laurent Vidal, a partir da relação dos mazaganistas que chegaram a Lisboa, 469 famílias teriam deixado Mazagão, o que perfazia um total de 2092 pessoas (VIDAL, 2007: 55). Isto exigia esforços para manter a transferência desse grupo e sua instalação na Amazônia. As condições sobre as acomodações que estas pessoas tiveram em Portugal não são claras. Aqueles que possuíam familiares em Lisboa tiveram que contar com o apoio dos parentes. Os demais ficaram ao encargo da coroa que lhes garantia os recursos para o jantar e a ceia. A maioria das famílias se abrigou



Figura IX - Vista da parte superior da muralha da Fortaleza de Mazagão e da cidade de El Jadida.



Figura X - Vista da muralha da Fortaleza de Mazagão e da cidade de El Jadida.



Figura XI - Teto da cisterna da Fortaleza de Mazagão, El Jadida.

Figura XII - "Porta do Mar" da Fortaleza de Mazagão, El Jadida.

Figura XIII - Detalhe da muralha da Fortaleza de Mazagão, atual El Jadida.



Figura XIV - Igreja de Nossa Senhora da Assunção - Mazagão, atual El Jadida.



no Convento dos Jerônimos, na Mercearia de Belém e na Mercearia do Senhor Infante, aguardando pelo seu destino.

Nos séculos XVI e XVII, a ocupação inicial do território brasileiro se deu a partir do litoral, com núcleos que se transformaram em cidades traçadas de maneira irregular ou regular, dependendo das leis portuguesas e dos interesses de seus habitantes.¹⁰ A partir do século XVIII, com a ocupação da região onde se fazia a exploração das jazidas de ouro, o sertão passou a ser ocupado, identificando-se o surgimento de novos arraiais e vilas que cresceram de forma espontânea, e por vezes com traços irregulares, em parte decorrentes da morfologia do terreno onde as minas de ouro eram encontradas.

Em 13 de janeiro de 1750, era celebrado o Tratado de Limites dando a posse da Colônia do Santíssimo Sacramento à Espanha, enquanto Portugal ficava com os Sete Povos das Missões¹¹ e reconhecia o domínio português na região do Amazonas, Maranhão e Mato Grosso, assim como a posse definitiva das Filipinas, pelos espanhóis. A partir de 1751, são realizados entre as coroas ibéricas acordos secretos, estabelecendo adoção de procedimentos, caso houvesse resistência dos índios que habitavam as regiões, negando-se a cumprir o Tratado de Limites (KRATZ, 1954: 27-28). D. José I determinou aos seus agentes que, na execução da troca de territórios, fosse garantida a simultaneidade da passagem de terras, e que a responsabilidade da desocupação era das duas coroas.

As resoluções geraram a resistência e o enfrentamento dos guaranis (guerras guaraníticas 1754-1756),¹² sendo os jesuítas acusados de repelir o Tratado, estimular a resistência, instigando os índios a se rebelarem contra as decisões do poder real português e espanhol. As negociações para demarcar a fronteira na região da bacia amazônica não foram menos turbulentas do que aquelas ocorridas na região platina. Os pontos principais dos ataques atinham-se aos abusos dos religiosos da Companhia de Jesus nos domínios da América Portuguesa e Espanhola quanto à usurpação da liberdade dos índios, não respeitando as resoluções dos reis e as leis que tratavam do assunto;¹³ quanto à propriedade dos bens nas terras das suas habitações e à perpétua cura das paróquias, ignorando o preceito de que os religiosos só seriam párocos, enquanto não houvesse clérigos; quanto aos governos temporais das aldeias, interferindo nos governos seculares e ao comércio terrestre e marítimo, realizando negociações que não eram decentes aos clérigos.¹⁴

O problema ganhava contornos mais nítidos após o estabelecimento das Companhias de Comércio do Grão Pará e Maranhão (1755) com a proibição da remessa direta de mercadorias para o reino,

¹⁰

Ver: HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1983.

¹¹

As povoações eram: Santo Ângelo, São Borja, São João, São Lourenço, São Luis, São Miguel e São Nicolau.

¹²

Sobre o assunto consultar GALVEZ, Lucía. *Guaraníes y Jesuítas*. Buenos Aires: Sudamericana, 1995, p. 359-65 e Relação Abreviada da República, que os Religiosos Jesuítas das Províncias de Portugal e Espanha estabeleceram nos Domínios Ultramarinos das duas monarquias, e da guerra que neles tem movido e sustentado contra os exércitos espanhóis e portugueses. Formada pelos registros das secretarias dos dois respectivos principais comissários e plenipotenciários e por outros documentos autênticos. IN: CAEIRO, José. *História da Expulsão da Companhia de Jesus da Província de Portugal*, p. 315-25.

¹³

No contexto colonial, podemos identificar a existência de leis que tratam da liberdade dos índios que datam dos anos de 1570, 1587, 1595, 1609, 1611, 1647, 1655, 1680, 1755 (sendo que esta última confirmava as anteriores no seu preâmbulo).

¹⁴

Pontos Principais a que se reduzem os abusos, com que os religiosos da Companhia de Jesus tem usurpado os domínios da America Portuguesa, e Hespanhola. BNL - cód. 1601 - p. 99-103.

ficando condicionada à entrega das produções nos armazéns para serem transportados pela empresa monopolista. A reforma econômica pombalina, na realidade, visava a abastecer de escravos a região amazônica e dinamizar a importância da região no comércio colono; além disso, permitiu a reorganização do aparelho administrativo e fiscal e acirrou os ânimos dos colonos ante o conjunto de decisões que visavam a aumentar a receita régia e controlar mais rigidamente a população. Com o declínio da exploração aurífera, a coroa procurou estimular a exploração dos recursos naturais da colônia (madeiras, cacau, canela etc.), adotou medidas para o desenvolvimento da agricultura comercial e a criação de gado e fomentou o estabelecimento de novos povoamentos. Desta maneira, Sebastião José de Carvalho procurava reerguer Portugal diante das potências européias. Concomitantemente, a coroa portuguesa tinha outra preocupação a de consolidar: a demarcação do tratado de Madrid. Para tanto, enviou cartógrafo, engenheiro, matemático, desenhador, astrônomo à região, a fim de procederem ao levantamento do local, com informações detalhadas sobre o sistema hidrográfico amazônico. O resultado da prospecção acusava a significativa presença de ordens religiosas na região e a ausência do aparelho administrativo lusitano. Diante disso, era necessário construir novos núcleos nos pontos estratégicos a fim de servirem de apoio à ocupação de áreas mais interioranas. Este movimento começou a se consolidar com a presença de novos engenheiros militares que tiveram como missão entrar pelo interior para estabelecer as fronteiras (TEIXEIRA, 1999: 109-121).

O projeto de reorganização econômica e administrativa previa o controle territorial da colônia, com participação direta do Estado, sendo postas em prática políticas de povoamento e urbanização, a fim de expandir a autoridade real. (TEIXEIRA, 1999: 203-204) Segundo Marcos Carneiro de Mendonça, só a partir da intervenção pombalina, “todas as terras situadas ao norte do rio Amazonas, passaram de terra de ninguém a serem terras verdadeiramente luso-brasileiras”(MENDONÇA, 1938: 8).

O crescimento econômico advindo da criação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão estimulou a estruturação de vilas e cidades na região, como as vilas de Bragança e Ourém. O modelo implementado era o de uma sociedade rural, tendo a produção e a exploração como atividades principais. O desenvolvimento da região permitiu que atividades agroexportadoras se intensificassem favorecendo o surgimento de uma pequena elite e práticas de sociabilidade. A região, marcada por uma ocupação de aldeias indígenas onde a presença religiosa era marcante, passou por transformações após a expulsão da Companhia de Jesus de Portugal.

Em 1761 foi celebrado o Tratado do Prado entre Portugal e a Espanha. Pelo acordo, o Tratado de Madrid estava suspenso até que as comissões de fronteira terminassem os trabalhos de delimitação.

15

Ver: BELLIN, Jacques-Nicolas. *Description géographique de la Guiane*. Paris : Didot, 1763.

Este interregno abria a possibilidade de outras nações européias procurarem mecanismos para ocupar regiões que ainda não tinham sido devidamente incorporadas ao controle das duas coroas. A região do atual Amapá, conhecida naqueles idos como Guiana brasileira, passou a ser alvo dos interesses franceses, tendo em consideração que os limites entre as possessões portuguesas e francesas eram mal definidas e o interesse da França de se aproximar da foz do Rio Amazonas.¹⁵

Neste processo de demarcação dos limites das terras portuguesas e espanholas na América identifica-se a ocupação mais intensa da região do rio Amazonas e seus afluentes. Há uma clara preocupação em relação à ocupação sistemática do território, cujo domínio dependia diretamente das iniciativas de povoamento. Para que o projeto tivesse êxito, era fundamental a adequação funcional do sítio; caso contrário, o empreendimento poderia malograr.

As expedições dependiam do próprio olhar para registrar os eventos do percurso, pois não havia referências sobre o local, principalmente no entorno da Vila de São José de Macapá. Mendonça de Furtado, que governou a região, tentou implantar núcleos agrícolas, mas a falta de recursos e a insalubridade causadora de provocava febres e doenças tropicais, acabavam por inibir a ocupação. Francisco Roberto Pimentel que governava o povoado da ilha de Santa Anna, em frente a Macapá, foi incumbido de procurar uma localidade mais adequada ao estabelecimento de uma povoação. Após visitar diversas áreas, escolheu uma região às margens do rio Mutuacá, que desaguava no rio Amazonas, a uma distância aproximada de trinta léguas de Macapá. Da mesma forma, em 1767, havia sido definida a construção da Vila Vistoza da Madre de Deus, nas margens do rio Anauarapucu.

A decisão de transformar os mazaganistas em colonos nas terras da América Portuguesa em parte atendia às necessidades da coroa quanto à ocupação do local e o domínio do litoral norte da Amazônia. O colono deveria ter um perfil de explorador de território, que aliasse a figura do agricultor a um soldado que defendesse as possessões coloniais. Neste último aspecto, os mazaganistas tinham uma longa experiência de luta contra o inimigo mouro e poderiam defender o local a partir de uma praça forte ali estabelecida. Para concretizar o projeto, o governo do Grão Pará e Maranhão, Ataíde e Teive, nomeou em 1769 uma comissão chefiada por Ignácio de Castro de Moraes Sarmento, para analisar a região do rio Mutuacá, verificando as condições para plantio e criação (VIDAL, 2007: 103). Porém, a realidade era uma incógnita, bem diferente daquela experienciada na costa africana.

Em Lisboa, no encaminhamento da transferência, os representantes da coroa reuniram os chefes das famílias a fim de fazer o pagamento da metade dos soldos e pensões, bem como expedir os alvarás

que concediam ou confirmavam mercês já adquiridas. A segunda parte do pagamento só seria realizada quando aqueles chegassem a Belém do Pará. Nesta ocasião, foi feita a classificação dos futuros colonos, conforme a organização militar vigente na Praça de Mazagão, dividindo o grupo em infantaria, cavalaria e artilharia, status que seria respeitado na formação da nova vila (VIDAL, 2007: 61).

Ao grupo de famílias foram agregados militares e outras pessoas que desejaram aderir à empreitada. A etapa seguinte do planejamento foi a definição dos cargos administrativos, que teriam como responsabilidade viabilizar o projeto colonial.

Os mazaganistas tiveram que aguardar oito meses antes de seguirem para a longa travessia. No decorrer dos meses, a vida em Lisboa se apresentara bem diferente daquela que os moradores experienciavam na antiga fortaleza que enclausurava a todos. A cidade tinha uma dinâmica própria que incomodava, provocando questionamentos. O choque cultural foi inevitável, em face dos valores que emergiam no século XVIII. A perda de referencial é o elemento mais marcante nesse movimento de transição, por permitir uma reavaliação da identidade do grupo e abre brecha para a discussão sobre a nova fase de reconstrução, onde a memória dos habitantes ocupa um espaço importante.

A incerteza sobre o futuro fazia que o grupo procurasse criar vínculos mais estreitos, unindo-se por meio da memória coletiva. Nem todos desejaram empreender uma viagem rumo ao desconhecido, apesar das afinidades. Houve casos em que os moradores se recusaram a embarcar nos navios que se dirigiam para Belém do Pará. Alguns fugiram e foram capturados e enviados à revelia dos seus desejos. De fato, o que se nota é que a nova cidade colonial que se forjava era distinta da cidade da memória dos mazaganistas. O novo local a ser ocupado fazia parte do sonho de um novo espaço de convivência, mas também da possibilidade de uma nova sociedade.

Os navios rumo ao Brasil partiram em 15 de setembro de 1769, tendo como ordem expressa não se afastarem, sob pena de procedimento judicial. Iniciava-se uma nova etapa na vida daqueles que enfrentaram a aventura transoceânica. Navios da Companhia Geral do Grão Para e Maranhão serviram no transporte de parte das famílias e de mercadorias e materiais de construção que poderiam ser fornecidos aos colonos. Os navios foram carregados de martelos, facões, folhas de serra, limas, fechadura, enxadas, tesoura, pólvora, espingardas, dentre outros recursos para viabilizar o estabelecimento da Nova Mazagão. Nas embarcações seguiam também os objetos que davam identidade ao vínculo religioso. A imagem de Nossa Senhora da Assunção, de Cristo morto, da Paixão de Cristo, de São



Figura XV - Mapa de localização de Mazagão Velho, Amapá.

Pedro, do Arcanjo Miguel, de São Francisco, de Santo Antonio, de Santa Bárbara, de Nossa Senhora da Conceição, de Santa Ana e outros objetos do culto religioso foram devidamente embarcados. Vestígios do passado que seriam lançados como semente no novo local.

Muitos fizeram a viagem na busca por um mundo melhor, ou pelo menos na fantasia desse propósito. Deixaram para traz uma cidade-fortaleza que foi construída ao sabor dos interesses portugueses na região e de decisões individuais.

A Vila Nova de Mazagão foi criada oficialmente em 23 de janeiro de 1770 tendo como característica os traços de uma cidade colonial. As cartas régias eram os instrumentos que autorizavam a fundação das vilas, definindo os modos de construir e edificar. As ordenações Filipinas já previam regras de marcação de ruas e praças definindo um ordenamento do espaço. Conforme observa Manuel Teixeira e Margarida Valla, a fundação de vilas e cidades fazia parte do processo de colonização, pois o “projecto urbanizador era um componente fundamental do projecto de ocupação efectiva do território, que os

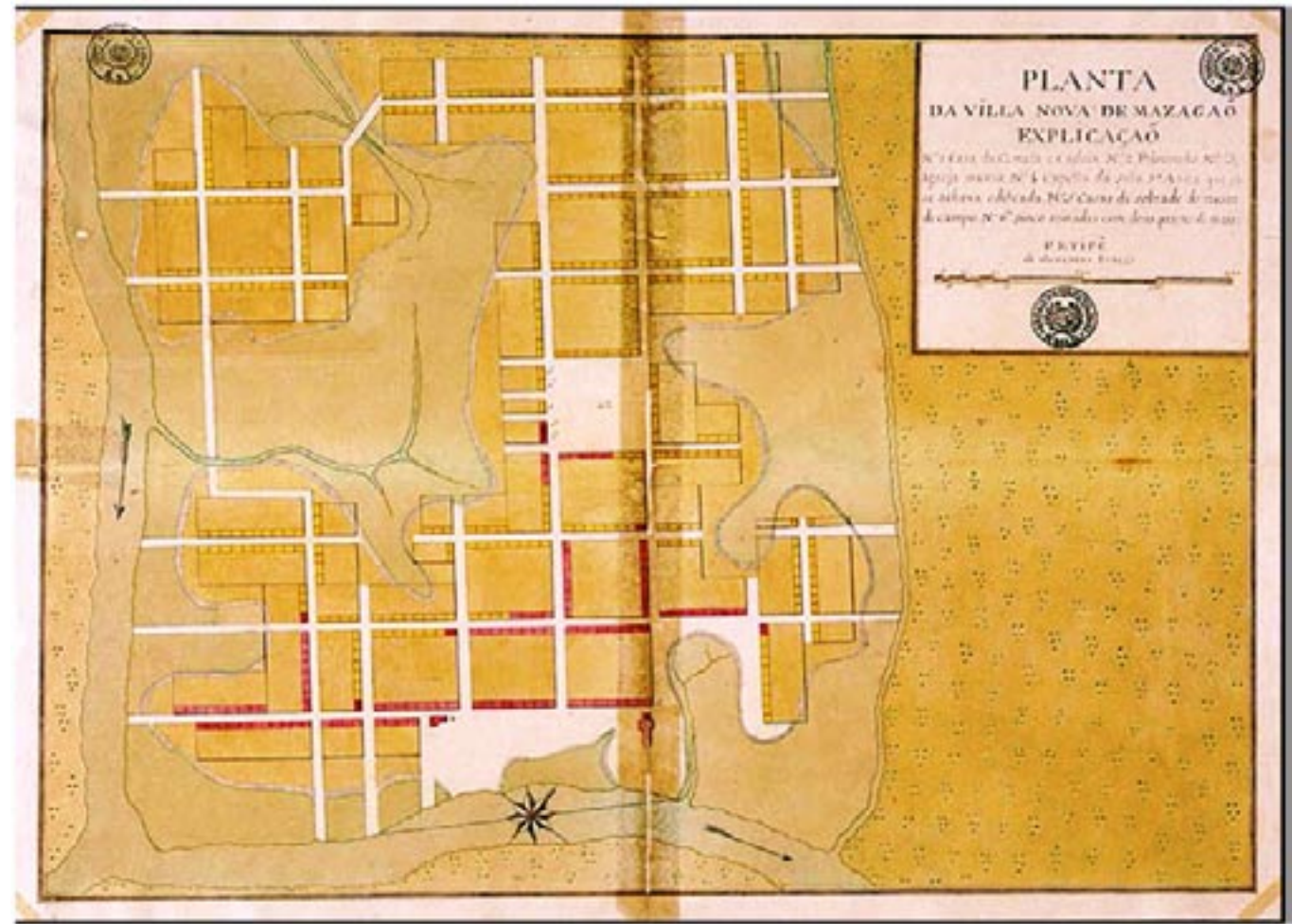


Figura XVI - Planta de Mazagão, atual Mazagão Velho, Amapá.

conflitos com outras potências colonizadoras exigiam”. A fundação de vila implicava tomar posse do território, era o estabelecimento da soberania sobre um território.¹⁶

16

TEIXEIRA, Manuel C.; VALLA, Margarida. *O urbanismo português – século XIII-XVIII Portugal-Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999, p. 253. Manuel Teixeira destaca que: “A praça urbana estrutura de forma regular aparece tardiamente na cidade portuguesa. É fundamentalmente a partir de finais do século XV e princípio do século XVI que se verifica um processo consistente de construção e de ordenamento de praças na cidade portuguesa, simultaneamente com a sua assunção como sedes do poder, substituindo nesse papel os antigos sítios topograficamente dominantes. Até então, os espaços urbanos que cumpriam funções de praça eram espaços formalmente desestruturados, cuja importância advinha das funções que neles se exerciam e dos edifícios que neles se implantavam.” TEIXEIRA, Manuel C. “Os modelos urbanos portugueses da cidade brasileira”. In: TEIXEIRA, Manuel (Coord.) *A construção da cidade brasileira*, p. 27.

17

Ver também TOLEDO, Benedito Lima de. “A ação dos engenheiros-militares na ordenação do espaço no Brasil. In: TEIXEIRA, Manuel (Coord.) *A construção da cidade brasileira*, p. 131.

18

Maria Helena Ochi Flexor observa ao analisar a rede urbana no século XVIII que: “As casas, como várias vezes foram referidas, eram erigidas de acordo com modelos preestabelecidos, sem que os edifícios estabelecessem diferenciação social. A imposição dos modelos devia-se ao fato de ser, a maioria dos seus ocupantes índios que, até então, viviam em moradias coletivas, de estrutura muito diversa das unidades que se impunham.” FLEXOR, Maria H. O. “A rede urbana setecentista – a afirmação da vila regular”. In: TEIXEIRA, Manuel (Coord.) *A construção da cidade brasileira*, p. 220.

A chegada de um grupo significativo de pessoas à cidade de Belém exigiu que a autoridade local tomasse os devidos cuidados para garantir o abrigo e o sustento dos mesmos. A preocupação era que no local não faltassem os alimentos necessários e boas condições para que as famílias aguardassem as benfeitorias na Vila Nova de Mazagão, nas margens do rio Mutuacá. Os novos povoadores recebiam diariamente uma ração alimentar, composta de farinha, arroz, peixe e carne seca. Laurent Vidal, ao analisar a documentação do período, salienta que os mazaganistas foram bem atendidos pela administração local, situação que fez que estes elogiassem o tratamento recebido. Nem mesmo os serviços religiosos para o grupo em questão foram esquecidos. Com a expulsão dos jesuítas, as instalações de uma igreja, em desuso, foram oferecidas ao padre que acompanhava o grupo; criava-se uma paróquia específica para os mazaganistas causando muita satisfação na medida em que os rituais religiosos puderam ser praticados de forma a guardar a identidade que os unia (VIDA, 2007: 109).

A presença dos mazaganistas dinamizou Belém e foi bem aceita pela população local, ciente da estada temporária dos mesmos na cidade. Após a chegada, uma segunda etapa do acordo estabelecido entre a coroa e os colonos deveria ser cumprida, ou seja, o pagamento da metade restante dos valores devidos. De forma estratégica, o governo português, a fim de que o grupo permanecesse vinculado à terra, definiu que o pagamento seria feito em prestações, ao mesmo tempo em que era feita a distribuição de escravos para o trabalho agrícola. Esta novidade não foi bem aceita pelos colonos que externaram a sua insatisfação, principalmente quando o pagamento das prestações começou a atrasar. Além disso, a coroa percebia que a manutenção das famílias e os custos com a construção da vila e com o transporte dos novos colonos para a região eram extremamente onerosos para o erário régio. O quadro se tornava mais grave na medida em que a transferência de famílias para a Vila Nova de Mazagão ia se atrasando. Conforme destaca Laurent Vidal, em 1º de janeiro de 1777, havia ainda em Belém mais de trezentos mazaganistas (VIDAL, 2007: 117).¹⁷

A vivência de meses e anos em Belém deu a dimensão exata do que aguardava os mazaganistas. A vila que se formava era bem distinta da cidade de Belém. A Vila Nova de Mazagão era precariamente erguida a começar pelas casas modestas e de estrutura questionável.¹⁸ Outro problema que se apresentava era a dependência do abastecimento de Belém que enviava farinha de mandioca, carne, peixes, frutos e outros gêneros para garantir o sustento da população. Neste aspecto, a nova cidade lembrava a dependência da Praça forte da costa marroquina.

A primeira transferência de família para a Vila Nova de Mazagão ocorreu em 4 de abril de 1770, e foi a do ferreiro Lourenço Rodrigues, que tinha como incumbência auxiliar na construção. Entre maio de 1771 e maio de 1772 foram feitos dez transportes de famílias para o local. Cada grupo esperava a seu tempo a separação e a reunião num novo local. Com bem destaca Laurent Vidal, a lentidão com que foi feita a transferência é possível de ser identificada nas contagens anuais que sinalizavam o deslocamento paulatino para a região (VIDAL, 2007: 122). A morosidade do processo fazia que os vínculos estabelecidos outrora se afrouxassem. O tempo facultou aos membros dessas famílias interagirem com os moradores de Belém, criando novos interesses e famílias com anseios diferentes daqueles existentes na ocasião da partida da costa africana e que fugiam ao controle das autoridades coloniais.

A Vila Nova de Mazagão estabelecia um novo jogo social desde o momento inicial da sua construção. Os recursos financeiros da coroa, acrescidos da mão de obra indígena, facilitavam a edificação do novo povoado. Antes de lançar a base da ocupação o engenheiro Domingos Sambucetti visitou o local e fez um mapa topográfico da região e do povoado de Santa Anna. O objetivo principal era verificar as condições de salubridade local. O engenheiro genovês já conhecia a região amazônica, onde vivia desde 1760. No decorrer dos anos participara de obras importantes como a fortificação de Macapá, Belém, Santarém, Almeirim e Gurupá. O genovês visitou o local a fim de elaborar um mapa topográfico das margens do rio Mutuacá e definir um plano urbano para Mazagão. A antiga povoação de base indígena de Santa Anna foi desconsiderada, optando-se pela nova área. Pela tradição, a engenharia militar tinha predileção pelo funcionalismo e pelos aspectos construtivos, com base na geometria. Como destaca Renata Malcher Araújo “A ciência geométrica foi a base mais constante da preparação acadêmica dos engenheiros portugueses e o ponto fulcral para o desenvolvimento das investigações formais que fizeram, tanto nos seus trabalhos urbanísticos, como nos arquitectónicos.” (ARAUJO, 1998: 44)

A escolha do local levou em consideração as necessidades dos colonos transplantados, como também a possibilidade de descimento dos índios. Para a coroa portuguesa era importante ocupar a região de forma estratégica, a fim de evitar a cobiça de outras nações européias na região. Neste sentido, a vila foi concebida a partir de um plano regular: praça central com uma igreja e casa da câmara, a partir da qual a vila ganharia conformações nos lotes concedidos às famílias. A praça, como um espaço fechado, orientava a organização do espaço urbano, funcionando como elemento estruturador. A base de ocupação era plana, servida pelas águas do rio Mutuacá. Como bem observa Nelson Omegna, a praça nas cidades constituídas pelos portugueses era fundamental, pois representava o espaço de ajuntamento civil, onde as principais cenas da vida política e religiosa aconteciam. (OMEGNA, 1971)

Como afirma Laurent Vidal, os quarteirões tinham a “forma de um quadrado perfeito (com 640 palmos de lado, ou seja: 140,8 metros) e estavam dispostos lado a lado numa impecável simetria.” (VIDAL, 2007: 145) A estrutura de quarteirões com loteamentos típicos desse período são os de forma tendendo ao quadrado, com lotes virados para as quatro faces, o que permitia uma melhor utilização. (TEIXEIRA, 2001: 29) Em 1762, José de Figueiredo Seixas escreveu o *Tratado de Ruação*. Este documento propunha um modelo utópico de parcelamento e organização do território, que previa o estabelecimento de um quadriculado, como um tabuleiro de damas, orientado pelos pontos cardeais, que seria a base de referência para o estabelecimento de casas, ruas e praças. Os quarteirões deveriam ter meia légua de lado (1409 braças) e seriam divididos em partes menores. Cada povoação teria na área central a praça de formato quadrilátero, que definiria o traçado das ruas principais.¹⁹ Beatriz Bueno observa que:

19

Ver: SEIXAS, José de Figueiredo. *Tratado D’Aruação*; manuscrito; 1762. [BNL]

“No projeto para Mazagão, as medidas da malha urbana foram estabelecidas a partir do conjunto da área levantada. O sítio escolhido foi subdividido número “x” de quadras e diante da necessidade de controlar obstáculos naturais existentes no terreno, suprimiram-se alguma delas, acrescentando-se outras no lugar em que a topografia permitia.”(TEIXEIRA, 199: 182)

20

Nuno Portas afirma que: “A regularidade geométrica utilizada quando conveniente, era já então e continuava a sê-lo uma prática milenária que tinha atravessado regiões e épocas culturais tomando múltiplas variações de dimensões e intencionalidades, práticas e simbólicas”. PORTAS, Nuno. “Algumas (hipó)teses sobre o urbanismo português nos Brasis”. In: TEIXEIRA, Manuel (Coord.) *A construção da cidade brasileira*, p. 21.

A ordenação da cidade atendia ao interesse de controle do espaço e favorecia a circulação pela vila. As habitações possuíam de 4 a 6 cômodos, sendo distribuídas conforme a dimensão das famílias. O princípio da regularidade predominou no planejamento da cidade para a implantação dos edifícios institucionais. O projeto previa adaptação à morfologia do território, respeitando as formas geométricas para obter maior regularidade.²⁰ O projeto estava em consonância com a idéia de cidade que reunia aspectos sociais e políticos. Como lembra Manuel Teixeira, para o século XVIII, uma sociedade “perfeita e organizada tinha necessariamente de se expressar através de uma realidade urbana estruturada segundo princípios racionais e traduzida num plano regular”. (TEIXEIRA, 1999: 25) Além disso, o ponto topograficamente dominante do território era ocupado para defesa, podendo contar com a praça. Ao longo do rio se apresentavam as ruas que marcavam a via estruturante da cidade, condicionada pelo relevo e pelos pontos de abastecimento de água. (TEIXEIRA, 2001: 31)

Contando com o apoio de uma centena de braços indígena e de outros tantos trabalhadores, o desmatamento da área teve início. O perfil destes homens é difícil de ser estabelecido. Laurent Vidal afirma que eram homens “sem rosto”. (VIDAL, 2007: 151) Entretanto, o certo é que estes construtores passaram pelas maiores dificuldades. A floresta fechada impunha um trabalho árduo e penoso que se tornava mais fatigante com a ausência de uma alimentação adequada, feita à base de farinha de peixe. Tal condição afugentou do trabalho muitos indígenas, que saíam em busca de refúgio nas matas ou em

outras povoações. A falta de braços especializados era preocupante, na medida em que comprometia o andamento das obras, apesar de a coroa fornecer os instrumentos necessários para os carpinteiros e pedreiros preparem o material a ser utilizado nas construções:

“os carpinteiros preparavam a madeira em bruto cortada pelos serradores fazendo com ela asnas, ripas e tábuas com que depois armavam a estrutura das paredes. As fundações eram sumárias: os barrotes em que se apoiariam as grades de ripas mergulhavam no terreno apenas até meio metro. As portas e janelas eram construídas com tábuas. Uma vez montada aquela estrutura, entravam em acção os pedreiros, que a enchiam com taipa (barro amassado com palha ou ervas secas). Depois de seca a taipa aplicavam o reboco exterior. Por fim, os serralheiros montavam as fechaduras.” (VIDAL, 2007: 154)

As técnicas de construção incorporaram algumas práticas indígenas. Os primeiros telhados foram feitos de palmeira ubim entrelaçada, enquanto os primeiros fornos para o fabrico de telhas não estavam prontos. Além disso, os construtores preferiam fazer as amarrações com fibras vegetais ao invés de utilizarem pregos. A cidade planejada por Domingos Sambucetti ganhou as feições tropicais da Amazônia.

A Vila Nova de Mazagão surgia como um triunfo do plano de domínio territorial da coroa na região inóspita da Amazônia. A ocupação exigia que a natureza fosse dominada e subordinada à ação do homem, porém isto não seria fácil, pois a força do mundo natural logo se faria sentir.

Desta maneira, Portugal procurava demonstrar o seu controle geopolítico sobre o local. O núcleo que emergia, de forma similar ao estabelecimento da praça forte na costa marroquina, tinha como objetivo promover a defesa do território português, da fé católica e por decorrência era depositário do projeto colonial de civilizar as populações indígenas, transformando-os em súditos da monarquia lusitana.

A cidade de Mazagão apresentava a organicidade observável no traçado do desenho. O espaço urbano edificado era reduzido e modesto, havia poucas ruas limitando as principais construções da vila. Ao núcleo urbano colonial logo se juntaram a construção da casa da câmara e cadeia, pelourinho, símbolo do núcleo jurisdicional,²¹ igreja e outros edifícios públicos.

Lentamente, por meio de canoas, os habitantes e seus pertences eram levados de Belém para a Vila Nova de Mazagão. Os rios da bacia amazônica serviram de estrada até o local, seguindo o fluxo das águas e o movimento da maré. O percurso que durava vários dias era acompanhado de inconvenientes causados pelo sol e pela chuva. O viajante vivia entre o calor que desidratava, e a umidade que incomodava, além dos insetos que causavam os maiores transtornos. O trajeto era feito por rios margeados

²¹ O pelourinho foi erguido em 14 de maio de 1777.

por mata fechada, de dentro da qual ecoavam sons de aves e de animais, tornando a viagem temerosa. Nesse ritmo seguiram os colonos para a sua terra, levando no peito uma série de aflições.

Ao chegar, os novos habitantes encontravam ainda uma vila em construção. Um projeto em processo de consolidação, do qual a partir daquele momento passariam a contribuir. A vila ganhava contornos claros, enquanto a estrutura social se definia; o tecido era tramado sobrepondo várias experiências. Além dos moradores, os representantes da metrópole estavam no local para os encaminhamentos necessários à consolidação do projeto. A ocupação propiciou a implementação das instituições locais que visavam à defesa dos interesses dos colonos, permeada de disputas entre os líderes.

Havia polêmicas, e uma delas era a morosidade na construção das moradias, impedindo a ocupação conforme o planejamento, ocasionando disputas entre os representantes dos mazaganistas e o governador. Além disso, as decisões tomadas em Lisboa, no ano de 1769, pelas quais cada família receberia a ração alimentar durante um ano, conforme o número de membros declarados naquele momento,



Figura XVIII - Igreja de Nossa Senhora da Assunção de Mazagão Velho, Amapá.



Figura XIX - Vista do rio Mutuacá - Mazagão Velho, Amapá

tornaram-se inadequadas, por não considerar a própria dinâmica familiar. (VIDAL, 2007: 170) Por outro lado, a intransigência dos representantes da coroa em cumprir ordens causava protestos daqueles que se viam em meio a uma série de dificuldades. Os lamentos não eram poucos, pois a vida que levavam os colonos, personagens de um verdadeiro quadro dantesco, os instigava a abandonar aquele purgatório. (VIDAL, 2007: 199)

Sérgio Buarque de Holanda questiona em sua obra *Raízes do Brasil*, se as vilas e cidades foram planejadas ou espontâneas e se elas poderiam ser analisadas a partir da sua regularidade ou não. Para ele, as cidades que surgiram semeadas pelo litoral não obedeceram nenhuma regularidade, pois foram marcadas pela espontaneidade de seus primeiros moradores e administradores. A questão lançada por esse historiador tornou-se alvo de diferentes estudos. O modelo de cidade introduzido na América pelos portugueses fundiu elementos vindos da Idade Média e do Renascimento. Conforme analisou Paulo Ferreira Santos na “*Formação das cidades no Brasil colonial*”, as cidades possuíam uma unidade e coerência orgânica que não excluía uma espontaneidade. A ocupação do espaço fez parte de um processo que por vezes nascia de forma natural e paulatinamente conquista uma regularidade, assumindo uma configuração urbanística mais elaborada. Desde o século XVII, Portugal já adotava modelos de traçado urbano regular para o planejamento e implantação de novas povoações na América.

No caso de Mazagão, a vila nascia a partir de um projeto urbano regular, intencional e estratégico. A nova cidade deveria compor uma sociedade ideal. O projeto concebido para Mazagão, além de criar uma forma, organizava o espaço em função da circunstância. Não se pode ignorar o drama vivido por mais de trezentas famílias forçadas a partirem para uma terra estranha, aguardando a construção de uma cidade que dependia dos recursos do governo. O núcleo urbano que se formava fazia parte dos pontos estratégicos de ocupação no processo de povoamento da região, enquanto movimento que visava a assegurar o domínio do território. Além disso, havia o interesse de se aproveitar as potencialidades da Amazônia, pouco exploradas até aquele momento. A vila era mais do que uma promessa de uma vida melhor, ela de fato se constituía como um novo momento para a exploração colonial. Como bem destaca Manuel Teixeira:

“O urbanismo português caracteriza-se em todas as épocas por uma dupla vertente: a vertente vernácula, que tem como característica fundamental uma grande ligação ao território e uma vertente erudita, que tem como característica fundamental basear-se, a maior parte das vezes, em sistemas ortogonais. Uma das principais características do urbanismo português é a sua capacidade de síntese destas duas vertentes, que pode ser observada ao longo da história”. (TEIXEIRA, 2001: 31)

O processo de ocupação da terra se abria para um novo momento. Era preciso adaptar-se às novas condições. As feições militares e de presídio, que envolviam a fortificação de Mazagão, na costa marroquina, deixaram de existir. O novo papel do mazaganista era o de colono que devia se acomodar à lida agrícola, de maneira que o produto oriundo de suas propriedades pudesse ser integrado ao sistema econômico da região. O cultivo do milho, feijão, tabaco, mandioca, arroz e outros gêneros passaram a fazer parte da alimentação básica e do cultivo da população. A entrega de escravos africanos aos colonos fazia parte da estratégia da coroa em dinamizar a produção agrícola, para a garantia do sustento da vila e de outros núcleos habitados da Amazônia. Se as margens do rio Mutuacá foram escolhidas pela boa localização e salubridade, deve-se também destacar que a qualidade das terras permitia uma exploração agrícola razoável, que podia atender as necessidades da população e dos moradores de outras vilas.

Nos anos subsequentes observava-se uma relativa prosperidade econômica da Nova Mazagão, advinda do cultivo de arroz e de algodão. Porém, estes resultados foram obtidos a muito custo, pois a preparação do solo era difícil devido à umidade. Além disso, o sol tornava desgastante qualquer esforço físico. As dificuldades de administração da mão de obra escrava eram indícios de uma ocupação não consolidada, oscilante. O sistema de circulação de produtos era feito por meio de troca com a reduzida presença da moeda portuguesa, demonstrando uma pulsação ainda incipiente da vila.

Sem dúvida, a palavra que mais bem definiria este movimento seria adaptação. Os mazaganistas tiveram que se habituar às novas condições que o meio e a cidade impunham. Se aspectos culturais, como as festas religiosas em louvor a São Tiago foram preservadas, novas práticas surgiram a partir da síntese cultural dos mazaganistas, com índios e escravos. A Nova Vila de Mazagão perdida no meio da floresta amazônica era o ponto de imbricação de culturas, dualidades, conflitos e sínteses. A memória da cidade da costa marroquina se diluía e se adaptava às novas condições da América Portuguesa, construindo uma nova urbanidade. O universo arquitetônico era bem distinto daquele existente além mar. O clima favorecia a degradação social. A umidade era tanta que não permitia que muitos alimentos fossem preservados, o que levava ao apodrecimento rápido. Os insetos incomodavam os moradores e as doenças se proliferaram. O alcoolismo também se fez presente na região e com ele a violência. A este conjunto de elementos deveriam ser acrescentadas as disputas internas, entre os grupos que se formaram e os próprios funcionários da coroa.

Tal circunstância poderia levar a indagar sobre o destino que os mazaganistas tiveram. Estes infortúnios seriam maiores do que aqueles impostos pelos hereges mouros na costa marroquina? A única verdade

era que: “viver era preciso”, fosse na Vila Nova de Mazagão ou não. Alguns que não suportaram tantas privações procuraram retornar a Belém, outros mais abonados retornaram a Portugal. A umidade da região provocava a deterioração dos edifícios, vindo alguns deles a desabar. A fragilidade da ocupação era evidente em todos os sentidos. O sentimento dos moradores era que eles estavam abandonados à sua própria sorte. A cidade não tinha sido plenamente consolidada, faltavam recursos e outras condições para o desenvolvimento urbano. No decorrer das duas últimas décadas do século XVII, os sinais de desestruturação eram evidentes. As doenças, como o paludismo, a miséria e o confinamento numa área isolada fizeram que os mazaganistas se lembrassem dos tempos de outrora na região africana, os traumas eram revisitados. A coroa portuguesa, na medida em que instalara a maioria das famílias na nova vila, se considerava desobrigada que qualquer outro auxílio. A vila estava lançada à sua própria sorte.

Os sinais de desagregação estavam presentes no início do século XIX, mas o golpe fatal viria com a ordem régia de 18 de outubro de 1828 que definia a Vila de Macapá como a capital da região. O documento suprimia o nome da localidade como vila e o título de Mazagão era agora Regeneração. Sem dúvida, o nome escolhido era portador de uma nova esperança para o povoamento, que passava a ser dependente de Macapá.

Considerações finais

No decorrer do século XVIII, com as descobertas de novas jazidas de ouro em Minas Gerais, Portugal deveria ocupar e marcar o território. A formação de novas vilas foi uma realidade que se intensificou a partir da metade do século. O pensamento iluminista se fez presente no impulso urbanístico desse período, sendo a vila Nova de Mazagão um dos exemplos desse movimento. A fundação de vilas na região norte do território fazia parte da necessidade de delimitar fronteiras com a Espanha.

Os portugueses ao ocuparem a região da costa norte africana, onde se estabeleceu a Praça de Mazagão, com sua fortaleza, tiveram continuamente os mouros como inimigos. No decorrer de mais de duzentos anos de ocupação da região, as famílias iam sendo hostilizadas. No início do século XVIII, os ataques dos mouros se tornaram mais intensas e a perda de território fez que a população sobrevivesse de forma cada vez mais deficitária. A fuga do local foi a única saída para aqueles habitantes e a solução menos desonrosa para a coroa portuguesa. Em 1769, a coroa portuguesa definiu pela transferência dos habitantes da cidade de Mazagão, na costa marroquina, para as terras da América Portuguesa. A pressão

empreendida pelos mouros fez que mais de quatrocentas famílias fossem transferidas para a região Amazônica, atendendo a política de colonização daquela área. A retirada das costas marroquinas não foi fácil. Início de uma série de dificuldade que se apresentaria. Em 1770, após o abandono da região, as famílias seguiram para Lisboa, para posteriormente se dirigem a Belém do Pará. Os percalços e a demora fizeram que das 436 famílias que deixaram a fortaleza, somente 313 chegassem a Belém. Em solo americano, iniciava-se uma nova etapa que consistia em fazer surgir uma nova vila numa área em que a presença portuguesa era reduzida.

A transposição do Oceano Atlântico rumo à selva amazônica, conduzindo famílias portuguesas iria impor as marcas culturais adquiridas no decorrer da existência delas nas costas africanas. Eram homens e mulheres portadores de uma identidade narrativa transferida para as terras coloniais, constituindo a base da identidade social de cada um deles.

A Vila Nova de Mazagão era, na verdade, uma afirmação da autoridade portuguesa no território a exigir de seus habitantes a defesa do local. Talvez residisse nesse aspecto o legado deixado pelos ancestrais das famílias que se deslocaram para a Amazônia. A história de Mazagão se fez sobre a necessidade de defesa do território e da fortificação do espaço.

Se a cidade é a pulsação de seus habitantes, a herança de tempos longínquos se faz presente nos dias atuais. A festa de São Tiago, que representa as batalhas entre cristãos e mouros no continente africano, constitui um elo perdido da experiência coletiva na ocupação e defesa do território no decorrer do tempo. A cultura cristã e árabe criada na costa africana e transferida para a Amazônia ocasionou a interação cultural daquele universo com as práticas indígenas da região e dos africanos que foram introduzidos para dar esteio à ocupação. Uma nova síntese cultural que reunia elementos da cultura cristã, africana, moura e indígena.

Para aqueles que desejam conhecer a epopéia dessa cidade que atravessou o Oceano Atlântico restam poucos traços daquele momento. Vestígios heróicos da viagem de uma cidade, que não se extinguiu.

esta pois he amigo a minha estória

este o estado do nosso Mazagam

de que apennas há hoje por memória

as ruínas da sua perdiçam. (VIDAL, 2007: 76)

Bibliografia

- ALVES, A. Costa; CORREIA, J. “Mazagão: de praça forte a “arrabalde”, In: *Estudos/ Património*, nº 2, Lisboa, 2002, p. 117-122.
- AMARAL, Augusto Ferreira do. *História de Mazagão*. Lisboa: Publicações Alfa, 1989.
- ARAÚJO, Renata Malcher. *As cidades da Amazônia no século XVIII - Belém, Macapá e Mazagão*. Porto: FAUP publicações, 1998.
- BARRETO, Anibal. *Fortificações do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958,
- BELLIN, Jacques-Nicolas. *Description géographique de la Guiane*. Paris: Didot, 1763.
- BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti (Dir.) *História da expansão portuguesa*. Lisboa: Círculo dos Leitores, 1998, I volume.
- CAEIRO, José. *História da Expulsão da Companhia de Jesus da Província de Portugal*. Salvador: Salesiana, 1936.
- D’AVITY, Pierre. *Description générale de l’Afrique, seconde partie du monde, avec tous ses empires, royaumes, états et républiques*. Paris: D. Bechet et L. Billaine, 1660.
- DELSON Roberta Marx. *Novas vilas para o Brasil-Colônia, Planejamento espacial e social no século XVIII*. Trad. Fernando de Vasconcellos Pinto, Brasília: ALVA-CIORD, 1997.
- DIAS, P. “Mazagão”, In: *A Arquitectura dos Portugueses em Marrocos 1415-1769*, Lisboa: [s.n.], 2000, pp. 135-163.
- FARINHA, Antonio Dias. *História de Mazagão durante o período filipino*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1970.
- FERRÃO, Bernardo. “Tratadística, Ensino e Arquitectura em Portugal (1500-1800)”. In: *Revista Arquitectos*, nº 2. Maio/Junho /1989.
- FRANÇA, José Augusto. *Lisboa pombalina e o iluminismo*, Lisboa: Bertrand, 1977.
- GALVEZ, Lucía. *Guaraníes y Jesuítas*. Buenos Aires: Sudamericana, 1995.
- GUEDES, Max Justo. *Reflexos Cartográficos da Expansão Portuguesa no Brasil até ao Tratado de Madrid*. Lisboa: Academia de Marinha, Lisboa, 1991.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1954. .

- KRATZ, Guillermo. *El Tratado hispano-portugués de limites de 1750 y sus consecuencias*. Roma: Institutum Historicum, 1954.
- LAMAS José M. Ressano Garcia. *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1992.
- MENDONÇA, Marcos Carneiro de. “A Amazônia na Era Pombalina – correspondência inédita do Governador e capitão-General do estado do Grão-Pará e Maranhão Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751-1759)”, In: *Revista do IHGB*: Rio de Janeiro, 1938.
- MOREIRA, Rafael. “Os grandes sistemas fortificados”. In: *A arquitetura militar na expansão portuguesa*. Lisboa: CNCDP, 1994.
- MOREIRA, Rafael. *A construção de Mazagão*. Cartas inéditas, 1541-1542. Lisboa: Ministério da Cultura, 2001.
- MOREIRA, Rafael. “A fortaleza de Diu e a Arquitetura Militar no Índico” In: AA.VV. *Os espaços de um Império*. Porto, 1999, pp. 139-147.
- MOREIRA, Rafael (direção de). *História das fortificações portuguesas no mundo*. Lisboa: Alfa, 1989.
- MUMFORD, Lewis. *A cidade na história, suas origens, transformações e perspectivas*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- MUSSET, Alain. *Villes nômades du nouveau Monde*. Paris : EHESS, 2002.
- OMEGNA, Nelson. *A cidade colonial*. Brasília: Ebrasa, 1971.
- PICON, Antoine. *Architectes et ingénieurs au siècle des lumières*. Marcele: Parenthèses, 1988.
- REIS Filho, Nestor Goulart. *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*. São Paulo: Edusp, 2000.
- RÉMY, Jean e VOYÉ, Liliane. *A Cidade: rumo a uma nova definição*. Lisboa: Afrontamento, 1994.
- RODRIGUES, Adyr Balastrieri. *Turismo e Espaço – rumo a um conhecimento transdisciplinar*. 3ª. ed., São Paulo: Hucitec, 2001.
- RUSSEL-WOOD, A. J. *Rua Portugal e o Mar, um Mundo Entrelaçado*. Lisboa: Assírio & Alvim/Expo 98, 1998.
- SANTOS, Paulo F. *Formação de cidades no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2001.
- TEIXEIRA, Manuel C. e VALLA, Margarida. *O urbanismo português – séculos XIII-XVIII – Portugal – Brasil*. Lisboa: Horizonte, 1999.

TEIXEIRA, Manuel. C. Os modelos urbanos portugueses da cidade brasileira. In: *Revista urbanismo de origem portuguesa N. S. Centro de Estudos de Urbanismo e de Arquitetura*, abril 2001. Disponível em <<<http://urban.iscte.pt/revista/numero1/artigos.htm>>> Acesso: 04/07/2009.

VIDAL, Laurent. *Mazagão, a cidade que atravessou o Atlântico*. Lisboa: Teorema, 2007.

Fontes primárias

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU)

Cód. 595, fl. 23v-25v.

Biblioteca Nacional de Lisboa (BNL)

Pontos Principais a que se reduzem os abusos, com que os religiosos da Companhia de JESUS tem usurpado os dominios da America Portuguesa, e Hespanhola. - cód. 1601 - p. 99-103.

SEIXAS, Jozé de Figueiredo. *Tratado D'Aruação*; manuscrito; 1762.

Fontes

Figura 1 – Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:El_Jadida_cistern.jpg>

Figura 2 – Disponível em: <<http://www.portugalweb.net/portugalnomundo/africa/marroc/mazagao.asp>>

Figura 3 – Disponível em: <<http://urban.iscte.pt>>

Figura 4 – Disponível em: <<http://www.portugalweb.net/portugalnomundo/africa/marroc/mazagao.asp>>

Figura 5 – Disponível em: <<http://www.flickr.com/photos/39404234@N00/409761122/>>

Figura 6 – Disponível em: <<http://pathsofknowledge.blogspot.com/2009/06/7-maravilhas.html>>

Figura 7 - Disponível em: <http://www.flickr.com/photos/fotos_dos_ornelas/261639227/>

Figura 8 - Disponível em: <http://www.flickr.com/photos/fotos_dos_ornelas/261638430/>

Figura 9 - Disponível em: <http://dbpedia.org/resource/El_Jadida>

Figura 10 - Disponível em: <<http://www.ionline.pt/adjuntos/102/imagenes/000/036/0000036302.jpg>>

Figura 11 - Disponível em: <http://farm4.static.flickr.com/3333/3591308507_e377f8cd80.jpg?v=0>

Figura 12 - Disponível em: <<http://www.amigosdoscastelos.org.pt/Portals/0/images/projectos/mazagao.JPG>>

Figura 13 - Disponível em: <<http://www.amigosdoscastelos.org.pt/Portals/0/images/projectos/mazagao.JPG>>

Figura 14 - Disponível em: <<http://www.saharatt.blogspot.com/> >

Figura 15 - Disponível em: <<http://files.natrave.webnode.com/200000290-394d13a469/amapa.jpg>>

Figura 16 – Disponível em: <<http://urban.iscte.pt>>

Figura 17 – Disponível em: <<http://www.panoramio.com/photos/original/23773855.jpg>>

Figura 18 – Disponível em: <<http://www.flickr.com/photos/jmpereira27/2652583855/>>